

Uma proposta para o desenvolvimento econômico

O ESTUDO da economia divide-se em dois segmentos básicos: normativo e positivo. Por exemplo, se a sociedade idealizada deve ter uma participação estatal de um tipo, ou de outro, é uma questão normativa, só resolvida ao nível empírico, vale dizer, é preciso que se comparem as experiências. Por outro lado, o fato de que os preços dos bens e dos serviços são estabelecidos a partir da interação entre a oferta e a procura, mesmo quando há monopólio, é um elemento da economia positiva, que só pode ser desconsiderado pelos ilusionistas.

Nesse sentido, as propostas desenvolvimentistas precisam ser fundamentadas nos rigorosos conceitos da economia positiva e esboçadas de acordo com as idealizações normativas. A economia brasileira de 1997 permite que se conclua, positivamente, o seguinte: a) O crescimento econômico está restrito pela insuficiência de poupança doméstica; b) A poupança pública é o único componente sujeito às medidas de política econômica. Pelo lado normativo, pode-se argumentar, a partir da observação de que o Governo Federal gasta, com poucos resultados, 78% de sua receita líquida na área social, que: a) O Estado gasta muito por que não está capacitado para gerir a área social; b) É necessário que haja crescimento da renda para que o Estado possa investir no seu reaparelhamento institucional.

Além dessas constatações empíricas, acrescentem-se os seguintes argumen-

tos: a) Nas economias capitalistas modernas, a poupança privada se desenvolve no interior das empresas, na forma de lucro retido (e o capital pode ser socializado); b) A geração de oportunidades de emprego (pelo crescimento econômico) é a principal forma de política social que o Estado pode desenvolver; c) A demanda por assistencialismo, especialmente em sociedades subdesenvolvidas, é genuína e forte, o que leva o poder político, também de forma genuína, a elevar a carga tributária para alocá-la nessa finalidade. Em outras palavras, a lógica da tributação parte da necessidade social, não da preocupação com a eficiência econômica. Com isso, aumentam-se as despesas públicas e o Custo Brasil, reduzem-se o crescimento e as oportunidades de emprego. Em relação a esse processo, o professor Simonsen comentou: "Quanto maior o conteúdo social da política econômica, menor o salário real".

Conseqüentemente, uma proposta desenvolvimentista compatível com o cenário da economia nacional de 1997 deve seguir as seguintes diretrizes: a) Reduzir as despesas do setor público, onde o setor público é mais ineficiente; b) Reduzir os encargos (Custo Brasil) que incidem sobre o desenvolvimento; c) Incentivar as empresas a transformarem a redução de encargos em ampliação de capacidade produtiva e modernização tecnológica.

A PROPOSTA

O programa de crescimento para uma Economia mais eficiente teria o seguinte perfil:

a) As empresas de capital aberto ficariam desobrigadas, por 3 anos, do recolhimento da Cofins, PIS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

b) Em contrapartida, as empresas emitiriam debêntures, com taxa de juros iguais a dos títulos públicos federais (Selic), conversíveis, ao final do programa, em ações ordinárias;

c) Essas debêntures comporiam um Fundo Social da União que negociaria, em mercado e ao final do programa, as ações convertidas;

d) As debêntures seriam garantidas pelos acionistas majoritários e, em caso de administração ruinosa, seriam conversíveis em ações de outras empresas, que os acionistas majoritários controlassem.

Quais as implicações de um programa como esse?

a) A renda do setor público cairia, tomando como base os valores de 1996, em até R\$ 28,4 bilhões (cerca de 3,8% do PIB), com a renúncia fiscal. Realisticamente, poder-se-ia esperar um total de R\$ 20 bilhões. O comprometimento do governo com o equilíbrio das contas públicas o levaria a cortar despesas, principalmente na área social, dando prioridade às áreas onde sua eficiência relativa é maior. Com isso, aumenta a eficiência e a necessidade de maior controle dos gastos públicos na área social;

b) O volume de recursos decorrente do corte nos gastos públicos seria internalizado pelas empresas como poupança interna, sem subsídio, uma vez que o custo equivale ao dos títulos públicos;

c) As empresas seriam incentivadas a abrirem o capital, o que significa maior controle social;

d) Somente os investimentos rentáveis seriam empreendidos, o que aumenta a eficiência econômica. As administrações desastrosas custariam, ao empresário, a perda parcial da empresa;

e) A poupança privada, com tudo mais constante, passaria, dos atuais 17% do PIB, para cerca de 20%. Com a poupança externa na ordem de 4% do PIB, a taxa de poupança total chegaria a 24%, suficiente para que a economia cresça a 6% ao ano. Com isso, o Fundo Social seria sócio desse crescimento, o que geraria recursos extras para a ampliação dos gastos na área social. Ao mesmo tempo, a necessidade desses gastos seria menor por que o maior nível de atividade econômica e de emprego atua nesse sentido.

Um programa como esse, embora embrionário, representaria uma chance à modernidade econômica e política do País, extirpando da consciência nacional a crença no populismo "caritocrático".

FELIPE OHANA